



**PREFEITURA DE
TUIUTI**
ESTADO DE SÃO PAULO



**DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E COMPRAS**

PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

PREGÃO ELETRÔNICO - RP Nº:	018/2026
PROCESSO Nº:	340/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL:	WWW.NOVOBBMNET.COM.BR
FINALIDADE:	AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS - REGISTRO DE PREÇOS
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E ITENS DE COPA E COZINHA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DE TUIUTI, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	19/06/2026 - 08H
TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:	02/07/2026 - 08H
ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:	02/07/2026 – 08H15
INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:	02/07/2026 – 09H
SISTEMA:	BBMNET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
EXCLUSIVO PARA ME/EPP:	NÃO
VALIDADE DA PROPOSTA:	60 DIAS
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 832.617,54



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	5
4. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
7. DOS RECURSOS	17
8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20
12. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	22
13. ANEXO II – MINUTA DA ATA-RP	39
14. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA READEQUADA.....	47
15. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	48



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO-REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2026

LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A Prefeitura do Município de Tuiuti-SP torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação, na modalidade Pregão Eletrônico-Registro de Preços, com o objetivo de aquisição conforme descrito no item 1 deste Edital.

O edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados, no endereço eletrônico <https://tuiuti.sp.gov.br/transparencia/>, bem como podem ser retirados diretamente no Departamento de Licitações e Compras, situado à Rua Zeferino de Lima, nº 117, Centro, Tuiuti-SP.

Todos os esclarecimentos necessários poderão ser obtidos no referido departamento, pelo telefone (11)4015-6214, ou pelo e-mail licitacao@tuiuti.sp.gov.br, no horário das 08h às 12h e 13h às 16h30.

A presente licitação é regida pela Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Orgânica do Município de Tuiuti-SP e Decreto Municipal nº 027/2023.

Caso não haja expediente no órgão licitante, ou ocorra qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **PREGOEIRO** em sentido contrário.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de produtos de limpeza, higiene e itens de copa e cozinha para atendimento das necessidades dos departamentos da Prefeitura de Tuiuti, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I deste Edital.
- 1.2. A licitação será realizada por item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

- 2.4. Para os itens/lote _____ a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00).

2.4.2. Nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, não será aplicado o tratamento favorecido previsto neste item:

- a) à aquisição de bens ou à contratação de serviços em geral cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- b) Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para fins de aplicação dos limites previstos neste item, nos termos do art. 4º, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus anexos;

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato o agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses, no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.



- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
 - 3.3.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
 - 3.3.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.3.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ao 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.
- 3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de



negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

- 4.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “Sala de Disputa”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “Aberto para receber propostas”.
- 4.1.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.
- 4.1.2. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.
- 4.1.3. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.
- 4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.2.1. valor unitário e total do item, com duas casas decimais após a vírgula;
- 4.2.2. marca;
- 4.2.3. fabricante;
- 4.2.4. quantidade cotada.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.
- 4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.11. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**
- 4.12. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.
- 4.13. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.14. Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.
- 4.14.1. O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.
- 4.14.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,
- 5.3. Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.
- 5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO
- 5.12. No pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.12.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.6. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



- 5.12.7. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.8. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.18.5. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



- 5.18.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.18.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.18.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.18.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 5.18.5.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.18.5.6. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.18.5.7. empresas brasileiras;
 - 5.18.5.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.18.5.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
 - 5.18.5.10. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser aplicado sorteio conforme disposto no artigo 28 da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79, de 12 de setembro de 2024.
(SE APLICÁVEL)
- 5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20. Será desclassificada a proposta que:
- 5.20.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.20.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 5.20.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.20.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.20.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.21. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 5.21.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 5.21.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 5.21.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.22. Em contratação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 5.22.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 5.22.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 5.22.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 5.22.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.23. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.24. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 5.24.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta



vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 5.25. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.25.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.25.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.25.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, encaminhe, em campo próprio do Sistema, a proposta readequada ao último lance ofertado ou ao valor resultante da negociação realizada, acompanhada dos dados do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços (ATA-RP). A proposta deverá estar acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares necessários à confirmação daqueles já exigidos neste Edital e anteriormente apresentados.
- 5.25.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.26. (AMOSTRA) Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.26.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.26.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 5.26.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 5.26.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação da proposta, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será



de **02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

- 6.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.3. O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.4. a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e
 - 6.5. b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.
- 6.8. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante mais bem classificado para fins de habilitação, nos termos dos itens:
- 6.9. **Habilitação Jurídica**
 - 6.9.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado, quando couber, de suas alterações ou da consolidação respectiva. Poderá ser apresentada Certidão Simplificada da Junta Comercial para comprovação atualizada da composição societária e representação legal da empresa.
 - 6.9.2. Na hipótese de a empresa ser representada através de procuração, a mesma deverá ser apresentada com reconhecimento de firma em cartório ou dotada de fé pública.
 - 6.9.3. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.
- 6.10. **Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista**
 - 6.10.1. CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, emitido pelo Ministério da Fazenda;
 - 6.10.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
 - 6.10.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social.
 - 6.10.4. Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual e Municipal;
 - 6.10.5. FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.



6.10.6. CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

6.11. Qualificação Técnica

6.11.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem o fornecimento de produtos com características compatíveis ou semelhantes ao objeto deste Edital.

6.11.2. Prova de atendimento aos requisitos previstos em legislação específica, mediante apresentação de Alvará de Funcionamento Sanitário vigente, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal competente, compatível com a atividade exercida pela licitante, **quando exigido pela legislação aplicável**.

6.11.3. Para os produtos cuja legislação específica exija registro, notificação, cadastro ou outra forma de regularização perante a ANVISA ou outro órgão competente, a licitante deverá comprovar a respectiva regularidade, mediante apresentação da documentação pertinente.

6.12. Qualificação Econômico-Financeira

6.12.1. Deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Feitos sobre Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Concordata, expedida pelo Distribuidor da Comarca da sede da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da licitação, salvo se o próprio documento estabelecer prazo de validade diverso.

6.12.2. Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis (2023 e 2024) e já encerrados, apresentados na forma da lei, nos termos do inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo dispensada a apresentação integral do Livro Diário. Nos termos do § 1º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante constituída no exercício financeiro da licitação poderá apresentar balanço de abertura, em substituição ao balanço patrimonial e às demonstrações contábeis do último exercício social.

6.12.3. **As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) NÃO estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e das demais demonstrações contábeis exigíveis para fins de qualificação econômico-financeira, devendo tais documentos ser apresentados na forma da legislação aplicável ao respectivo enquadramento empresarial. A Lei Complementar nº 123/2006 não prevê tal dispensa, limitando-se a autorizar a adoção de contabilidade simplificada, razão pela qual a presente exigência observa o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

6.12.4. **É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.**



- 6.12.5. **Para fins de habilitação econômico-financeira do Microempreendedor Individual – MEI**, em razão da ausência de obrigatoriedade de elaboração de balanço patrimonial e escrituração contábil completa, poderão ser aceitos, em substituição ao balanço patrimonial, um ou mais dos seguintes documentos, conforme aplicável:
- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
 - b) Declaração Anual do Simples Nacional do Microempreendedor Individual – DASN-SIMEI, referente ao último exercício disponível;
 - c) Relatório Mensal de Receitas Brutas, na forma da legislação aplicável;
 - d) Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;
 - e) Outros documentos legalmente exigíveis ou admitidos pela legislação aplicável ao Microempreendedor Individual – MEI, que sejam aptos a demonstrar sua movimentação financeira ou capacidade econômico-financeira.
- 6.13. **Declarações complementares de apresentação obrigatória (ANEXO IV):**
- 6.13.1. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.
- 6.13.2. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- 6.13.3. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 6.13.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 6.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.
- 6.14.1. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não digitais.
- 6.15. Os licitantes cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, poderão utilizar os documentos constantes do sistema para fins de habilitação, desde que estejam válidos e compatíveis com as exigências deste edital, permanecendo obrigatória a apresentação dos documentos não contemplados pelo cadastro ou que se encontrem vencidos.
- 6.16. Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.



- 6.17. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.18. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.19. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.
- 6.20. Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
- 6.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 6.23. **É de exclusiva responsabilidade do licitante a verificação da exatidão, veracidade, integridade e atualização de seus dados cadastrais no SICAF, bem como a sua manutenção junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, de forma imediata, à correção ou atualização dos registros sempre que constatar incorreções ou desatualizações, nos termos da Instrução Normativa nº 03/2018, art. 7º, caput.**
- 6.24. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante, no momento da fase de habilitação, ou a sua desclassificação, quando verificada em fase anterior, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, quando cabível.

7. DOS RECURSOS

- 7.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses



- 7.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.
- 7.3.1. **O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 10 minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.**
- 7.4. Os recursos deverão ser protocolados exclusivamente por meio do campo específico disponibilizado no sistema eletrônico. Não serão admitidos recursos ou contrarrazões encaminhados por e-mail ou por qualquer outro meio diverso do previsto.
- 7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 8.1.2.3. injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 8.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 8.1.5. fraudar a licitação
- 8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



- 8.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 8.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 8.2.1. advertência;
 - 8.2.2. multa;
 - 8.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.
- 8.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei 14.133/2021.
- 8.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via Sistema BBMNET.
- 9.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 10.3. (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 10.4. (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.5. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou de forma física, hipótese em que a Ata será encaminhada por serviço postal, e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas NÃO obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, [art. 21 do decreto 11.462/2023](#).

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

- 11.9. O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.
- 11.10. Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.
- 11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.12. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Pregões Presenciais – Prefeitura Municipal de Tuiuti.
- 11.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 11.14.2. ANEXO II – Minuta da ATA-RP;
 - 11.14.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Readequada;
 - 11.14.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada.

Tuiuti-SP, 18 de junho de 2026.

ALEXANDRE TADEU GONÇALVES
PREFEITO INTERINO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS PARA REGISTRAR OS MENORES PREÇOS

1.1. O presente expediente tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de produtos de limpeza, higiene e itens de copa e cozinha para atendimento das necessidades dos departamentos da Prefeitura de Tuiuti, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM COM 01 LITRO: COM AÇÃO ALVEJANTE, DESINFETANTE E BACTERICIDA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: PRINCÍPIO ATIVO, ESTABILIZANTE E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0% E 2,5% P/P. PRODUTO À BASE DE CLORO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO OPACO, RESISTENTE, SEM POROS, COM TAMPA LACRE DE SEGURANÇA E BICO DOSADOR QUE EVITE VAZAMENTOS, MESMO EM POSIÇÃO HORIZONTAL OU INVERTIDA. A ROTULAGEM DEVERÁ CONTER TODAS AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	5.840	FRASCO	R\$ 5,00	R\$ 29.200,00
2	ÁLCOOL EM GEL: ACONDICIONADO EM GALÃO RESISTENTE CONTENDO 5 LITROS, COM TAMPA ROSQUEÁVEL E LACRE DE SEGURANÇA, ANTISSEPTICO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, COM TEOR ALCOÓLICO 70° INPM. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR AÇÃO ANTISSEPTICA, SECAGEM RÁPIDA, NÃO RESSECAR EXCESSIVAMENTE A PELE, ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E POSSUIR REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL.	251	GALÃO	R\$ 61,50	R\$ 15.436,50
3	ÁLCOOL LÍQUIDO 46° INPM, DESTINADO À LIMPEZA GERAL DE SUPERFÍCIES E AMBIENTES, ACONDICIONADO EM FRASCO RESISTENTE CONTENDO 1 LITRO, COM TAMPA DE SEGURANÇA E LACRE INVOLÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE, EFICIÊNCIA NA LIMPEZA, ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES.	1.142	FRASCO	R\$ 8,10	R\$ 9.250,20
4	ÁLCOOL LÍQUIDO 70° INPM, DESTINADO À LIMPEZA GERAL DE SUPERFÍCIES E AMBIENTES, ACONDICIONADO EM FRASCO RESISTENTE CONTENDO 1 LITRO, COM TAMPA DE SEGURANÇA E LACRE INVOLÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE, EFICIÊNCIA NA LIMPEZA, ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES.	4.862	FRASCO	R\$ 13,08	R\$ 63.594,96
5	AMACIANTE DE ROUPA, EMBALAGEM DE 2 LITROS: ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO, PERFUMADO, DESTINADO AO AMACIAMENTO DE TECIDOS, PROPORCIONANDO MACIEZ E FACILITANDO O PROCESSO DE PASSAR ROUPAS. FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE, COM TAMPA TIPO ABRE E FECHA E LACRE DE ROSQUEAR. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, BEM COMO REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	214	FRASCO	R\$ 9,40	R\$ 2.011,60
6	BALDE PLÁSTICO: COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 (VINTE) LITROS, FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE E DE BOA QUALIDADE, COM BICO DIRECIONADOR PARA FACILITAR O	118	UNIDADE	R\$ 22,20	R\$ 2.619,60



**PREFEITURA DE
TUIUTI**
ESTADO DE SÃO PAULO



**DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E COMPRAS**

PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

	DESPEJO DE LÍQUIDOS E ALÇA METÁLICA REFORÇADA PARA TRANSPORTE.				
7	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA: CONFECCIONADA EM POLIETILENO, DESTINADA AO ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM DE PRODUTOS DIVERSOS, RESISTENTE E FLEXÍVEL. DIMENSÕES DE 40 CM X 60 CM, PICOTADA PARA FACILITAÇÃO DO USO, CONTENDO 500 UNIDADES POR BOBINA.	78	UNIDADE	R\$ 76,90	R\$ 5.998,20
8	BORRIFADOR PLÁSTICO: COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 ML, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE E DE BOA QUALIDADE, COM VÁLVULA PULVERIZADORA TIPO SPRAY DE ACIONAMENTO MANUAL, ADEQUADO PARA APLICAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR BICO REGULÁVEL, FRASCO RESISTENTE, BOA VEDAÇÃO E ACABAMENTO ADEQUADO, GARANTINDO DURABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO.	452	UNIDADE	R\$ 6,75	R\$ 3.051,00
9	CABO EXTENSOR PARA RODOS E VASSOURAS: COM ROSCA UNIVERSAL, MEDINDO 1,50 METROS DE COMPRIMENTO, FABRICADO EM ALUMÍNIO RESISTENTE E LEVE, COM ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO E PROFISSIONAL. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE FIXAÇÃO FIRME, PROPORCIONANDO ENCAIXE SEGURO EM RODOS, VASSOURAS E OUTROS UTENSÍLIOS COMPATÍVEIS, GARANTINDO RESISTÊNCIA E CONFORTO DURANTE O USO.	218	UNIDADE	R\$ 40,20	R\$ 8.763,60
10	CERA LÍQUIDA: ACONDICIONADA EM GALÃO DE 5 LITROS, INCOLOR OU BRANCA, INDICADA PARA TRATAMENTO E CONSERVAÇÃO DE PISOS COMO PAVIFLEX, VULCAPISO, GRANILITE, GRANITINA, MANTA VINÍLICA E OUTROS PISOS LAVÁVEIS. PRODUTO COM AÇÃO ANTIDERRAPANTE, ANTIESTÁTICA E RESISTENTE AO TRÁFEGO, FORMULADA COM BASE ACRÍLICA SELADORA, PROPORCIONANDO ALTO NÍVEL DE BRILHO, PROTEÇÃO E DURABILIDADE AO PISO. NÃO INFLAMÁVEL, DE FÁCIL APLICAÇÃO.	132	GALÃO	R\$ 58,55	R\$ 7.728,60
11	CERA LÍQUIDA: INCOLOR, ACONDICIONADA EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 750 ML, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE ALTO RENDIMENTO, À BASE D'ÁGUA E COM CARNAÚBA, PRONTA PARA USO, DISPENSANDO DILUIÇÃO E O USO DE ENCERADEIRA. INDICADA PARA APLICAÇÃO EM LAJOTAS, LADRILHOS, MÁRMORES, VULCAPISO, PAVIFLEX, PEDRAS E SUPERFÍCIES SIMILARES. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO EM FRASCO RESISTENTE, COM TAMPA TIPO FLIP-TOP, QUE NÃO APRESENTE VAZAMENTOS MESMO QUANDO INVERTIDO E QUE PERMANEÇA FIRMEMENTE FIXADA AO GARGALO. A ROTULAGEM DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS, BEM COMO NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL.	142	FRASCO	R\$ 18,90	R\$ 2.683,80
12	COADOR DE CAFÉ EM FLANELA: TAMANHO GRANDE, INDICADO PARA USO EM BULE, COM CABO DE MADEIRA E ARO EM METAL GALVANIZADO. FABRICADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14 X 18 CM, COM DIÂMETRO DE 130 MM E CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 16,5 X 2 CM, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E DURÁVEL.	84	UNIDADE	R\$ 35,98	R\$ 3.022,32
13	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ: COM CAPACIDADE DE 50 ML, FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP), NA COR BRANCA, ATÓXICO, RESISTENTE E ADEQUADO PARA CONSUMO DE CAFÉ, CHÁ E BEBIDAS QUENTES OU FRIAS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 14865, SENDO EMBALADO EM PACOTES PLÁSTICOS CONTENDO 100 (CEM) UNIDADES, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO CONTENDO 50 (CINQUENTA) PACOTES. AS CAIXAS DEVERÃO APRESENTAR IMPRESSO O SELO DE APROVAÇÃO ABNT NBR, BEM COMO AS DEMAIS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	28	CAIXA	R\$ 203,62	R\$ 5.701,36



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

14	COPO DESCARTAVEL: COM CAPACIDADE DE 180 ML, FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP), NA COR BRANCA, ATÓXICO, RESISTENTE E ADEQUADO PARA CONSUMO DE ÁGUA, SUCOS E REFRIGERANTES. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 14865, SENDO EMBALADO EM PACOTES PLÁSTICOS CONTENDO 100 UNIDADES, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO CONTENDO 25 PACOTES. AS CAIXAS DEVERÃO APRESENTAR IMPRESSO O SELO DE APROVAÇÃO ABNT NBR, BEM COMO AS DEMAIS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	391	CAIXA	R\$ 230,20	R\$ 90.008,20
15	DESINFETANTE LÍQUIDO 02 LITROS: COM AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: INGREDIENTE ATIVO ORTO-BENZIL PARA-CLOROFENOL, CONSERVANTE, EMULSIFICANTE, SEQUESTRANTE, CORRETORES DE PH, SOLVENTE, PERFUME, CORANTES E ÁGUA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR EFICIÊNCIA NA DESINFECÇÃO E LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, SENDO ACEITO NAS FRAGRÂNCIAS ORIGINAL, LAVANDA OU EUCALIPTO. A EMBALAGEM DEVERÁ SER RESISTENTE, SEM VAZAMENTOS, E CONTER ROTULAGEM EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM TODAS AS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS, INCLUSIVE DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, MODO DE USO, COMPOSIÇÃO, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO JUNTO À ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	3.708	FRASCO	R\$ 9,05	R\$ 33.557,40
16	DESODORIZADOR DE AR EM AEROSOL: DESTINADO À PERFUMAÇÃO E NEUTRALIZAÇÃO DE ODORES AMBIENTAIS, EMBALADO EM FRASCO METÁLICO CONTENDO NO MÍNIMO 400 ML, COM PESO LÍQUIDO DE 270 GRAMAS. PRODUTO COM IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 02 (DOIS) ANOS. COMPOSIÇÃO: PRINCÍPIO ATIVO ÁLCOOL ETÍLICO 39,2%, PERFUME, NITRITO DE SÓDIO, ÁGUA E PROPELENTE, CONFORME REGULAMENTAÇÃO VIGENTE. DISPONÍVEL NAS FRAGRÂNCIAS LAVANDA, FLORAL, FRESH, CAPIM-LIMÃO E BAMBU.	634	UNIDADE	R\$ 20,05	R\$ 12.711,70
17	DISCO REMOVEDOR PARA ENCERADEIRA: MEDINDO 510 MM, FABRICADO EM FIBRA SINTÉTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR PRETA, INDICADO PARA REMOÇÃO DE SUJEIRAS PESADAS, CERAS E ACABAMENTOS EM PISOS. PRÓPRIO PARA USO EM ENCERADEIRAS INDUSTRIAIS OU PROFISSIONAIS, PROPORCIONANDO ALTO DESEMPENHO NA LIMPEZA E REMOÇÃO DO DIA A DIA, COM EXCELENTE DURABILIDADE E EFICIÊNCIA. DEVERÁ APRESENTAR ENCAIXE COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS DE 510 MM.	50	UNIDADE	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00
18	ESCOVA DE LAVAR ROUPAS: FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM CERDAS FIRMES E DURÁVEIS, FORMATO ANATÔMICO E BOA QUALIDADE, ADEQUADA PARA LIMPEZA DE ROUPAS E SUPERFÍCIES DIVERSAS.	126	UNIDADE	R\$ 7,30	R\$ 919,80
19	ESCOVA SANITÁRIA: PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO, COM CERDAS RESISTENTES, CABO EM MATERIAL PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM E SUPORTE PARA ACONDICIONAMENTO, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE E ADEQUADA PARA HIGIENIZAÇÃO DE SANITÁRIOS.	115	UNIDADE	R\$ 8,90	R\$ 1.023,50
20	ESCOVÃO TIPO LAVA BAÚ: COM ROSCA UNIVERSAL PARA CABO DE 22 MM, INDICADO PARA LIMPEZA EM GERAL DE SUPERFÍCIES DELICADAS E RESISTENTES, COMO PARABRISAS, VEÍCULOS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, PLACAS SOLARES, CÂMARAS FRIAS E LAVA BAÚS. FABRICADO COM BASE PLÁSTICA RÍGIDA E RESISTENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM X 7 CM X 6 CM, DOTADO DE CERDAS EM FITA DE NYLON MACIAS, QUE NÃO	36	UNIDADE	R\$ 57,59	R\$ 2.073,24



**PREFEITURA DE
TUIUTI**
ESTADO DE SÃO PAULO



**DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E COMPRAS**

PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

	RISCAM AS SUPERFÍCIES, E ESPUMA INTEGRADA PARA MAIOR RETENÇÃO DE ÁGUA E SABÃO, PROPORCIONANDO EFICIÊNCIA E PRATICIDADE DURANTE O USO. COMPATÍVEL COM CABOS DE ROSCA UNIVERSAL.				
21	ESPONJA DE AÇO: COMPOSTA EM AÇO CARBONO, INDICADA PARA LIMPEZA GERAL DE UTENSÍLIOS E SUPERFÍCIES. EMBALAGEM CONTENDO 08 (OITO) UNIDADES, COM PESO LÍQUIDO TOTAL DE 60 G POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NOME DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES OU DATA FINAL DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, NÚMERO DE UNIDADES E DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	1076	PACOTE	R\$ 2,99	R\$ 3.217,24
22	ESPONJA MULTIUSO: COM AÇÃO ANTIBACTÉRIA, COMPOSTA POR UMA FACE EM FIBRA SINTÉTICA ABRASIVA, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MM, DESTINADA À LIMPEZA PESADA, E OUTRA FACE EM ESPUMA DE POLIURETANO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 15 MM, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DELICADAS, AMBAS FIRMEMENTE UNIDAS. O PRODUTO DEVERÁ SER ATÓXICO, NÃO PERECÍVEL, NÃO RETER RESÍDUOS E SER EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	2.526	UNIDADE	R\$ 3,35	R\$ 8.462,10
23	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103: DESCARTÁVEL, FABRICADO EM PAPEL ESPECIAL RESISTENTE, ADEQUADO PARA FILTRAGEM DE CAFÉ, EMBALAGEM CONTENDO 30 UNIDADES, DE BOA QUALIDADE E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES.	230	PACOTE	R\$ 5,05	R\$ 1.161,50
24	GARRAFA TÉRMICA: FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, EM POLIETILENO DE ALTA DURABILIDADE, NA COR PRETA, COM CAPACIDADE PARA 1,80 LITROS, POSSUINDO AMPOLA INTERNA EM VIDRO PARA EFICIENTE CONSERVAÇÃO TÉRMICA DE LÍQUIDOS QUENTES E FRIOS, MANTENDO A TEMPERATURA POR LONGO PERÍODO. PRODUTO COM ALÇA PARA FACILITAR O TRANSPORTE E SISTEMA DE TAMPA COM PRESSÃO, GARANTINDO PRATICIDADE E SEGURANÇA NO USO. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA 36 CM, LARGURA 15 CM E PROFUNDIDADE 13 CM. PRODUTO RESISTENTE, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E INSTITUCIONAL.	42	UNIDADE	R\$ 109,90	R\$ 4.615,80
25	HIGIENIZADOR PARA FRUTAS LEGUMES E VERDURAS: PRÓPRIO PARA USO EM ALIMENTOS, COM AÇÃO SANITIZANTE E REDUTORA DE MICRORGANISMOS, INDICADO PARA HIGIENIZAÇÃO SEGURA DE ALIMENTOS IN NATURA, EMBALAGEM COM 300 ML, CONTENDO RÓTULO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E MODO DE USO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES.	1.232	FRASCO	R\$ 12,04	R\$ 14.833,28
26	LATÃO DE LIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS: FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR PRETO, COM TAMPA E ALÇAS LATERAIS PARA TRANSPORTE, ADEQUADO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA USO CONTÍNUO.	20	UNIDADE	R\$ 106,15	R\$ 2.123,00
27	LATÃO DE LIXO COM PEDAL: CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS, FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCO, COM ESTRUTURA/SUORTE E PEDAL EM METAL, TAMPA COM ACIONAMENTO POR PEDAL, ALÇAS LATERAIS PARA TRANSPORTE E SISTEMA DE ABERTURA PRÁTICO E HIGIÊNICO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA USO CONTÍNUO.	15	UNIDADE	R\$ 254,00	R\$ 3.810,00



**PREFEITURA DE
TUIUTI**
ESTADO DE SÃO PAULO



**DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E COMPRAS**

PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

28	LATÃO DE LIXO COM PEDAL: CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS, FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM TAMPA ACIONADA POR PEDAL, ALÇAS LATERAIS PARA TRANSPORTE E SISTEMA DE ABERTURA PRÁTICO E HIGIÊNICO, NA COR BRANCO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA USO CONTÍNUO.	24	UNIDADE	R\$ 293,00	R\$ 7.032,00
29	LAVA LOUÇAS NEUTRO: TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, FRASCOS COM 500 ML. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES. COMPOSIÇÃO BÁSICA: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, SEQUESTRANTE, ESPESANTE, CONSERVANTES, CORANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO. BIODEGRADÁVEL. QUANTO À ROTULAGEM, ESTA DEVERÁ ATENDER TODAS AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEI.	9.041	FRASCO	R\$ 4,29	R\$ 38.785,89
30	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO: ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 500 ML, COM BICO DOSADOR, INDICADO PARA LIMPEZA DE COZINHAS, BANHEIROS, PLÁSTICOS, SUPERFÍCIES ESMALTADAS, FOGÕES E SUPERFÍCIES DIVERSAS, COM AÇÃO EFICIENTE NA REMOÇÃO DE GORDURAS, RISCOS DE LÁPIS, FULIGEM E POEIRA. A ROTULAGEM DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS, BEM COMO NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL.	4.621	FRASCO	R\$ 6,75	R\$ 31.191,75
31	LUSTRA MÓVEIS: FRAGRÂNCIA JASMIM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 200 ML, COM TAMPA TIPO FLIP-TOP. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: CERAS NATURAIS, SILICONE, SOLVENTE DE PETRÓLEO, EMULSIFICANTE, CONSERVANTE, SURFACTANTE ANIÔNICO, PERFUME E ÁGUA. INDICADO PARA LIMPEZA, PROTEÇÃO E BRILHO DE MÓVEIS E SUPERFÍCIES. A ROTULAGEM DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS, BEM COMO NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL.	733	FRASCO	R\$ 15,45	R\$ 11.324,85
32	LUVA DE LÁTEX TAMANHO P: CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, COM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, DISPENSANDO O USO DE TALCO. POSSUI SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E FIRMEZA DURANTE O USO. PRODUTO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, APROVADO PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS E INDUSTRIAIS, SEM RESTRIÇÃO AO CONTATO COM SOLVENTES CLORADOS OU AROMÁTICOS. EMBALAGEM ADEQUADA PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DO PRODUTO DURANTE O MANUSEIO E ARMAZENAMENTO, DEVENDO CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NOME E TIPO DO PRODUTO, TAMANHO, LOTE DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	125	PAR	R\$ 8,20	R\$ 1.025,00
33	LUVA DE LÁTEX TAMANHO M: CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, COM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, DISPENSANDO O USO DE TALCO. POSSUI SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E FIRMEZA DURANTE O USO. PRODUTO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, APROVADO PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS E INDUSTRIAIS, SEM RESTRIÇÃO AO CONTATO COM SOLVENTES CLORADOS OU AROMÁTICOS. EMBALAGEM ADEQUADA PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DO PRODUTO DURANTE O MANUSEIO E ARMAZENAMENTO, DEVENDO CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NOME E TIPO DO PRODUTO, TAMANHO, LOTE DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	139	PAR	R\$ 8,20	R\$ 1.139,80



34	LUVA EM VINIL, TAMANHO P: SEM PÓ, TIPO NOBRE, CAIXA COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADA EM VINIL, INDICADA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS EM ATIVIDADES DE USO DOMÉSTICO E PROFISSIONAL. PRODUTO DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, AMBIDESTRO, COM SUPERFÍCIE LISA, SEM LÁTEX E COM CANO CURTO, PROPORCIONANDO CONFORTO E PRATICIDADE DURANTE O USO. NÃO DESTINADA À ÁREA DA SAÚDE. EMBALAGEM DEVENDO CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	34	CAIXA	R\$ 20,65	R\$ 702,10
35	LUVA EM VINIL, TAMANHO M: SEM PÓ, TIPO NOBRE, CAIXA COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADA EM VINIL, INDICADA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS EM ATIVIDADES DE USO DOMÉSTICO E PROFISSIONAL. PRODUTO DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, AMBIDESTRO, COM SUPERFÍCIE LISA, SEM LÁTEX E COM CANO CURTO, PROPORCIONANDO CONFORTO E PRATICIDADE DURANTE O USO. NÃO DESTINADA À ÁREA DA SAÚDE. EMBALAGEM DEVENDO CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	183	CAIXA	R\$ 20,65	R\$ 3.778,95
36	LUVA EM VINIL, TAMANHO G: SEM PÓ, TIPO NOBRE, CAIXA COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADA EM VINIL, INDICADA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS EM ATIVIDADES DE USO DOMÉSTICO E PROFISSIONAL. PRODUTO DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, AMBIDESTRO, COM SUPERFÍCIE LISA, SEM LÁTEX E COM CANO CURTO, PROPORCIONANDO CONFORTO E PRATICIDADE DURANTE O USO. NÃO DESTINADA À ÁREA DA SAÚDE. EMBALAGEM DEVENDO CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	261	CAIXA	R\$ 20,65	R\$ 5.389,65
37	MANGUEIRA DE JARDIM FLEXÍVEL: TRANÇADA E REFORÇADA, ACOMPANHADA DE ESGUICHO REGULÁVEL E CONECTORES PARA ENGATE. FABRICADA EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, INDICADA PARA USO DOMÉSTICO E PROFISSIONAL EM JARDINAGEM, LIMPEZA E IRRIGAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PAREDE INTERNA REFORÇADA COM 1,8 MM, BITOLA DE 1/2", COMPATÍVEL COM TORNEIRAS DE 1/2" E 3/4", ESPESSURA DE 7/16", COMPRIMENTO TOTAL DE 50 METROS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR RESISTÊNCIA À PRESSÃO DA ÁGUA, FLEXIBILIDADE E DURABILIDADE, SEM DOBRAS OU VAZAMENTOS DURANTE O USO.	29	UNIDADE	R\$ 177,90	R\$ 5.159,10
38	MOP PÓ COMPLETO 60 CM: COM CABO EM ALUMÍNIO RESISTENTE, BASE COM APROXIMADAMENTE 60 CM, E CABO DE 1,50 M DE COMPRIMENTO, REFIL EM PANO ACRÍLICO ELETROSTÁTICO, INDICADO PARA REMOÇÃO DE POEIRA E LIMPEZA DE PISOS, COM CABEÇA GIRATÓRIA QUE FACILITE O MANUSEIO E ALCANCE DE ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA USO CONTÍNUO.	50	UNIDADE	R\$ 149,80	R\$ 7.490,00
39	MOP SUPER ABSORVENTE RETRÁTIL PARA LIMPEZA GERAL: COM CABO EM ALUMÍNIO RESISTENTE E RETRÁTIL, SISTEMA DE ALAVANCA SECADORA DE ALTA PERFORMANCE, INDICADO PARA LIMPEZA E SECAGEM DE SUPERFÍCIES DIVERSAS. MEDIDAS APROXIMADAS DE 8 CM X 26 CM X 60 CM. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA USO CONTÍNUO.	60	UNIDADE	R\$ 64,99	R\$ 3.899,40
40	PA DE LIXO CONFECCIONADA EM AÇO GALVANIZADO, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 20 X 12 CM, COM CABO EM MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 60 CM, RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE E ADEQUADA PARA COLETA DE RESÍDUOS E LIMPEZA GERAL.	84	UNIDADE	R\$ 8,89	R\$ 746,76
41	PALHA DE AÇO Nº 2: PRODUZIDA EM AÇO CARBONO, INDICADA PARA LIMPEZA PESADA, REMOÇÃO DE SUJEIRAS, GORDURAS, FERRUGENS E POLIMENTO DE SUPERFÍCIES. MATERIAL RESISTENTE E DE ALTO PODER ABRASIVO, IDEAL PARA USO	100	UNIDADE	R\$ 3,70	R\$ 370,00



**PREFEITURA DE
TUIUTI**
ESTADO DE SÃO PAULO



**DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E COMPRAS**

PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

	DOMÉSTICO E COMERCIAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 25 GRAMAS.				
42	PANO DE CHÃO ALVEJADO BRANCO: TIPO SACO, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, ABSORVENTE, RESISTENTE E DE BOA QUALIDADE. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA ENTRE 40 E 45 CM E COMPRIMENTO ENTRE 65 E 70 CM, ADEQUADO PARA LIMPEZA GERAL.	1.986	UNIDADE	R\$ 3,85	R\$ 7.646,10
43	PANO DE CHÃO ALVEJADO XADREZ: TIPO SACO, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, ABSORVENTE, RESISTENTE E DE BOA QUALIDADE. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA ENTRE 40 E 45 CM E COMPRIMENTO ENTRE 65 E 70 CM, ADEQUADO PARA LIMPEZA GERAL.	1.880	UNIDADE	R\$ 5,87	R\$ 11.035,60
44	PANO DE PRATO (GUARDANAPO DE PANO): CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, LISO, ALVEJADO, COM BOA ABSORÇÃO DE ÁGUA, ACABAMENTO OVERLOCADO, ISENTO DE RASGOS E FUROS, MEDINDO NO MÍNIMO 35 X 60 CM, CONTENDO ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, DE BOA QUALIDADE E DURABILIDADE.	749	UNIDADE	R\$ 4,15	R\$ 3.108,35
45	PANO MULTIUSO PICOTADO: CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE E ABSORVENTE, INDICADO PARA LIMPEZA E SECAGEM DE SUPERFÍCIES DIVERSAS. FORNECIDO EM ROLO PICOTADO COM 300 METROS DE COMPRIMENTO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 600 PANOS, FACILITANDO O DESTACAMENTO E O USO. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	112	ROLO	R\$ 107,35	R\$ 12.023,20
46	PAPEL ALUMÍNIO: ROLO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 30 CM X 15 M, RESISTENTE, FLEXÍVEL E ADEQUADO PARA USO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS.	534	UNIDADE	R\$ 9,49	R\$ 5.067,66
47	PAPEL FILME EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA): BOBINA COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 29 CM X 300 M, RESISTENTE, FLEXÍVEL E ADEQUADO PARA EMBALAGEM, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA QUALIDADE E ACONDICIONAMENTO ADEQUADO PARA USO DOMÉSTICO E GERAL.	157	ROLO	R\$ 56,90	R\$ 8.933,30
48	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, FOLHA DUPLA, MEDINDO 30 METROS X 10 CM CADA ROLO, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA, NEUTRO, MACIO, ABSORVENTE, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, ACONDICIONADO EM PACOTE CONTENDO 04 ROLOS. PRODUTO DEVERÁ POSSUIR BOA RESISTÊNCIA, NÃO PODENDO APRESENTAR RASGOS, IMPUREZAS OU ODORES INADEQUADOS.	5.748	PACOTE	R\$ 9,45	R\$ 54.318,60
49	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 300 METROS, FOLHA SIMPLES, MACIO, ABSORVENTE E DE BOA QUALIDADE, ACONDICIONADO EM FARDO CONTENDO 8 ROLOS DE 300 METROS CADA, ADEQUADO PARA USO EM DISPENSERS E HIGIENE PESSOAL. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA RESISTÊNCIA E ACABAMENTO ADEQUADO.	210	FARDO	R\$ 96,50	R\$ 20.265,00
50	PEDRA SANITÁRIA DESODORIZADORA PARA VASO SANITÁRIO, COM AÇÃO BACTERICIDA, FRAGRÂNCIA SUAVE, EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE COM SUPORTE PLÁSTICO, PESO MÍNIMO DE 25G. PRODUTO DE BOA QUALIDADE.	900	UNIDADE	R\$ 1,70	R\$ 1.530,00
51	REFIL PARA MOP SUPER ABSORVENTE (PARA RODO COM ALAVANCA RETRÁTIL): PARA LIMPEZA GERAL, CONFECCIONADO EM ESPUMA DE PVA (ÁLCOOL POLIVINÍLICO), ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, DURÁVEL E LAVÁVEL, INDICADO PARA REMOÇÃO DE LÍQUIDOS E SUJEIRAS EM PISOS LISOS, MEDIDAS APROXIMADAS DE 6 CM X 6 CM X 38 CM.	39	UNIDADE	R\$ 27,90	R\$ 1.088,10
52	REFIL/FILTRO PARA PURIFICADOR DE ÁGUA: COM CONTROLE DE PROLIFERAÇÃO DE BACTÉRIAS, CAPAZ DE RETER PARTÍCULAS E REDUZIR O CLORO PRESENTE NA ÁGUA, INIBINDO O DESENVOLVIMENTO DE BACTÉRIAS E ELIMINANDO IMPUREZAS COMO BARRO, FERRUGEM, AREIA E OUTROS SEDIMENTOS. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA 23,5 CM,	25	UNIDADE	R\$ 52,71	R\$ 1.317,75



**PREFEITURA DE
TUIUTI**
ESTADO DE SÃO PAULO



**DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E COMPRAS**

PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

	LARGURA 6,2 CM E PROFUNDIDADE 8,2 CM. REFIL COMPATÍVEL COM PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA PA355. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES.				
53	REMOVEDOR DE SUJEIRA PESADA: EM GALÃO DE 5 LITROS, INDICADO PARA LIMPEZA E REMOÇÃO DE GORDURAS, GRAXAS, CERAS, FULIGEM, MANCHAS E SUJEIRAS INCRUSTADAS EM DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. PRODUTO DE ALTO PODER DESENGORDURANTE, COM AÇÃO EFICIENTE NA LIMPEZA PESADA	91	GALÃO	R\$ 75,00	R\$ 6.825,00
54	REMOVEDOR PERFUMADO, EMBALAGEM COM 1 LITRO: INDICADO PARA REMOÇÃO DE SUJIDADES, GORDURAS, CERAS E LIMPEZA GERAL DE SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. ASPECTO LÍQUIDO, COM FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	3.140	FRASCOS	R\$ 12,75	R\$ 40.035,00
55	RODO COM 30 CM: COM DUPLA BORRACHA, BASE CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE COMPRIMENTO, 03 CM DE LARGURA E 02 MM DE ESPESSURA, COM 04 PONTOS DE FIXAÇÃO NA BASE, PARA MELHOR FIXAÇÃO E DURABILIDADE DA BORRACHA. CABO INCLINADO, FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE OU MADEIRA REVESTIDA COM PLÁSTICO, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120 CM, INDICADO PARA LIMPEZA GERAL DE PISOS LISOS E ÁREAS INTERNAS.	61	UNIDADE	R\$ 9,65	R\$ 588,65
56	RODO COM 40 CM: COM BORRACHA DUPLA, BASE CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM DE COMPRIMENTO, 03 CM DE LARGURA E 02 MM DE ESPESSURA, COM 04 PONTOS DE FIXAÇÃO NA BASE, GARANTINDO MAIOR ESTABILIDADE E FIXAÇÃO DA BORRACHA. CABO INCLINADO, FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE OU MADEIRA REVESTIDA COM PLÁSTICO, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120 CM, INDICADO PARA LIMPEZA GERAL DE PISOS LISOS EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS.	166	UNIDADE	R\$ 10,95	R\$ 1.817,70
57	RODO COM 60 CM: COM BORRACHA DUPLA, BASE CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 60 CM DE COMPRIMENTO, 03 CM DE LARGURA E 02 MM DE ESPESSURA, COM 04 PONTOS DE FIXAÇÃO NA BASE, GARANTINDO MAIOR FIRMEZA E DURABILIDADE DA BORRACHA. CABO INCLINADO, FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE OU MADEIRA REVESTIDA COM PLÁSTICO, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120 CM, INDICADO PARA LIMPEZA DE GRANDES ÁREAS, PROPORCIONANDO MAIOR RENDIMENTO NA REMOÇÃO DE ÁGUA E SUJEIRAS.	218	UNIDADE	R\$ 16,90	R\$ 3.684,20
58	RODO LAVA PISO E AZULEJO TIPO MOP PLANO COM CABO, DESTINADO À LIMPEZA DE PISOS, AZULEJOS, REVESTIMENTOS E DEMAIS SUPERFÍCIES LISAS, COMPOSTO POR CABO RESISTENTE E REFIL REMOVÍVEL EM MICROFIBRA OU MATERIAL EQUIVALENTE. POSSUIR LARGURA APROXIMADA DE 40 CM, SENDO INDICADO PARA USO DOMÉSTICO E PROFISSIONAL, PROPORCIONANDO PRATICIDADE, EFICIÊNCIA NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS E FACILIDADE NA LAVAGEM E MANUTENÇÃO DE SUPERFÍCIES. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR BOA RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E FÁCIL MANUSEIO.	502	UNIDADE	R\$ 17,50	R\$ 8.785,00
59	SABÃO EM BARRA: PACOTE COM 05 UNIDADES DE NO MÍNIMO 160 GR CADA BARRA, NEUTRO, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. VALIDADE MÍNIMA: 01 (UM) ANO. COMPOSIÇÃO: SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS LÁURICOS, SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS ESTEÁRICOS, SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS OLÉICOS, COADJUVANTES, GLICERINA E ÁGUA. A EMBALAGEM DEVE CONTER TODAS AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEI.	505	PACOTE	R\$ 12,28	R\$ 6.201,40



**PREFEITURA DE
TUIUTI**
ESTADO DE SÃO PAULO



**DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E COMPRAS**

PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

60	SABÃO EM PÓ (LAVA ROUPAS) CAIXA OU PACOTE DE 800GR, DE BOA QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA: 01 ANO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: TENSOATIVO ANIÔNICO, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, CARGA, COADJUVANTES, BRANQUEADOR ÓPTICO, CORANTE, ENZIMAS, AGENTE ANTIREDEPOSITANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO. CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	759	PACOTE OU CAIXA	R\$ 16,10	R\$ 12.219,90
61	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS: ACONDICIONADO EM GALÃO DE 05 LITROS, INDICADO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, COM AÇÃO ANTISSEPTICA, FRAGRÂNCIA SUAVE OU NEUTRA, BOA CAPACIDADE DE LIMPEZA, FORMAÇÃO DE ESPUMA E FÁCIL ENXÁGUE. PRODUTO DESTINADO AO USO DOMÉSTICO E/OU INSTITUCIONAL, DERMATOLOGICAMENTE COMPATÍVEL COM A HIGIENE FREQUENTE DAS MÃOS, DEVENDO SER DEVIDAMENTE REGULARIZADO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO, MODO DE USO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	96	GALÃO	R\$ 69,89	R\$ 6.709,44
62	SACO DE LIXO, CAPACIDADE DE 100 LITROS: CAPACIDADE NOMINAL DE 20 KG, COR PRETA, CONFECCIONADO COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS VIRGEM, REFORÇADO, MEDINDO 75 CM X 105 CM, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,18 MM (0,09 MM POR PAREDE), TIPO DOMICILIAR, COM SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME, GARANTINDO PERFEITA VEDAÇÃO E IMPEDINDO A PERDA DE CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO. DEVE POSSUIR FÁCIL SEPARAÇÃO E ABERTURA DAS UNIDADES SEM DANIFICAR O SACO, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR ETIQUETA. PRODUTO CONFORME A NORMA ABNT NBR 9191. PACOTE COM 100 UNIDADES.	301	PACOTE	R\$ 63,90	R\$ 19.233,90
63	SACO DE LIXO, CAPACIDADE DE 15 LITROS: COR PRETA, PACOTE COM 20 UNIDADES, FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 9191, INCLUSIVE QUANTO À MARCAÇÃO E EMBALAGEM. CLASSIFICAÇÃO CLASSE I, TIPO A, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS.	903	PACOTE	R\$ 10,30	R\$ 9.300,90
64	SACO DE LIXO, CAPACIDADE DE 240 LITROS: CAPACIDADE NOMINAL DE 72 KG, COR PRETA, CONFECCIONADO COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS VIRGEM, REFORÇADO, MEDINDO 115 CM X 115 CM, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,22 MM (0,11MM POR PAREDE), TIPO DOMICILIAR. POSSUI SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME, GARANTINDO PERFEITA VEDAÇÃO E IMPEDINDO A PERDA DE CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO. DEVE PERMITIR FÁCIL SEPARAÇÃO E ABERTURA DAS UNIDADES SEM DANIFICAR O SACO, SENDO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO POR ETIQUETA DO FABRICANTE. PRODUTO E EMBALAGEM CONFORME A NORMA ABNT NBR 9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	283	PACOTE	R\$ 101,03	R\$ 28.591,49
65	SACO DE LIXO, CAPACIDADE DE 30 LITROS: COR PRETA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES. PRODUTO FORNECIDO EM PACOTE COM 10 UNIDADES, APRESENTANDO-SE RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 9191, INCLUSIVE QUANTO À MARCAÇÃO E EMBALAGEM. CLASSIFICAÇÃO CLASSE I, TIPO A, GARANTINDO RESISTÊNCIA ADEQUADA, SEGURANÇA NO MANUSEIO E VEDAÇÃO DURANTE O USO.	960	PACOTE	R\$ 13,85	R\$ 13.296,00
66	SACO DE LIXO, CAPACIDADE DE 50 LITROS: COR PRETA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES. FORNECIDO EM PACOTE COM 10 UNIDADES. PRODUTO APRESENTANDO-SE RIGOROSAMENTE DE ACORDO	2.269	PACOTE	R\$ 16,50	R\$ 37.438,50



	COM A NORMA ABNT NBR 9191, INCLUSIVE QUANTO À MARCAÇÃO E EMBALAGEM. CLASSIFICAÇÃO CLASSE I, TIPO C, GARANTINDO RESISTÊNCIA ADEQUADA PARA USO COMUM E SEGURANÇA NO MANUSEIO DURANTE O DESCARTE DE RESÍDUOS.				
67	SACO DE PAPEL TIPO SACO PARA HAMBÚRGUER: CONFECCIONADO EM PAPEL BRANCO, PRÓPRIO PARA USO ALIMENTÍCIO, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, MEDINDO 20 CM DE ALTURA POR 13 CM DE LARGURA, COM FOLE/PROFUNDIDADE DE 6 CM, RESISTENTE, COM BOA CAPACIDADE DE ACONDICIONAMENTO. EMBALAGEM CONTENDO 500 UNIDADES.	24	PACOTE	R\$ 36,90	R\$ 885,60
68	SACO PLÁSTICO VIRGEM PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS: TIPO LACRADO NOS QUATRO LADOS, CONFECCIONADO EM MATERIAL ATÓXICO E RESISTENTE, ADEQUADO AO CONTATO DIRETO COM ALIMENTOS. FECHAMENTO INTEGRAL EM TODAS AS BORDAS, GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA E HIGIENE NO ARMAZENAMENTO. ABERTURA POR CORTE, PERMITINDO APÓS O USO O REFECHAMENTO POR MEIO DE LACRE, AMARRILHO OU SELAGEM. POSSUI TARJA PRÓPRIA PARA IDENTIFICAÇÃO E ANOTAÇÕES. DIMENSÕES: 12 CM DE COMPRIMENTO POR 25 CM DE LARGURA. PACOTE COM 1.000 UNIDADES.	22	PACOTE	R\$ 118,80	R\$ 2.613,60
69	SACO PLÁSTICO VIRGEM: CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA OU BAIXA DENSIDADE, MEDINDO 90 CM X 150 CM, COM ESPESSURA DE 15 MICRAS (15 µm), TRANSPARENTE OU LEVEMENTE LEITOSO, RESISTENTE, DESTINADO A ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS. EMBALAGEM CONTENDO 25 SACOS.	30	PACOTE	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00
70	SACO PLÁSTICO VIRGEM: TRANSPARENTE, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA OU BAIXA DENSIDADE, MEDINDO 40 CM X 60 CM, COM ESPESSURA DE 15 MICRAS (15 µm), RESISTENTE, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DIVERSOS MATERIAIS. EMBALAGEM CONTENDO 100 SACOS.	57	PACOTE	R\$ 75,90	R\$ 4.326,30
71	SACOLA PLÁSTICA VIRGEM REFORÇADA: CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA OU BAIXA DENSIDADE, COR BRANCA, MEDINDO 30 CM DE LARGURA POR 40 CM DE ALTURA, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,06 MM (MAIS REFORÇADA), SENDO A ÁREA ÚTIL (SEM CONSIDERAR A ALÇA) DE 17 CM DE LARGURA POR 27 CM DE ALTURA, DESTINADA AO ACONDICIONAMENTO DE DIVERSOS MATERIAIS. EMBALAGEM CONTENDO 1.000 UNIDADES.	25	PACOTE	R\$ 85,90	R\$ 2.147,50
72	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA: COR BRANCA, CONFECCIONADA EM TNT (TECIDO NÃO TECIDO) DE ESTRUTURA FLEXÍVEL, PLANA E POROSA, PRODUZIDA POR PROCESSO AUTOMATIZADO. POSSUI ELÁSTICO DUPLO DE ALTA QUALIDADE, SOLDADO EM TODA A VOLTA, GARANTINDO MELHOR AJUSTE, FIXAÇÃO E CONFORTO DURANTE O USO PROLONGADO. O PRODUTO PROPORCIONA RESISTÊNCIA ADEQUADA E SEGURANÇA HIGIÊNICA, SENDO INDICADO PARA AMBIENTES QUE EXIJAM CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	188	PACOTE	R\$ 13,05	R\$ 2.453,40
73	VARETA PARA ALGODÃO DOCE: CONFECCIONADA EM MADEIRA OU MATERIAL APROPRIADO PARA USO ALIMENTÍCIO, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 50 CM, SEM PONTA, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS E SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE FARPAS, DESTINADA À PRODUÇÃO DE ALGODÃO DOCE. EMBALAGEM EM PACOTE COM 100 UNIDADES.	45	PACOTE	R\$ 23,00	R\$ 1.035,00
74	VASSOURA COM CERDAS EM PÊLO SINTÉTICO (TIPO PÊLO ANIMAL): COM 05 CARREIRAS DE CERDAS, BASE COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 CM, PROVIDA DE CABO PLASTIFICADO, RESISTENTE, DESTINADA À LIMPEZA GERAL DE PISOS INTERNOS E SUPERFÍCIES LISAS.	85	UNIDADE	R\$ 34,45	R\$ 2.928,25



75	VASSOURA DE NYLON: COM BASE EM PLÁSTICO, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM DE COMPRIMENTO POR 4,5 CM DE LARGURA, EQUIPADA COM CERDAS EM NYLON COM PONTAS MACIAS, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 11 CM. CABO EM MATERIAL PLÁSTICO OU REVESTIDO, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120 CM, ERGONÔMICO E RESISTENTE, DESTINADO À LIMPEZA GERAL DE AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS.	297	UNIDADE	R\$ 16,15	R\$ 4.796,55
76	VASSOURA DE PALHA: CONFECCIONADA COM CERDAS/FIBRAS NATURAIS, CONTENDO 05 (CINCO) FIOS OU COSTURAS DE FIXAÇÃO, RESISTENTE, INDICADA PARA LIMPEZA DE ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS, COM CABO DE MADEIRA RESISTENTE E FIXAÇÃO FIRME.	661	UNIDADE	R\$ 45,85	R\$ 30.306,85

EM CASO DE DIVERGÊNCIAS ENTRE O TERMO DE REFERÊNCIA E O SISTEMA BBMNET, MANTEM-SE SEMPRE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

- 1.2. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 027/2023.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.4. O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ATA, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade dos preços e mediante a anuência do fornecedor. Na hipótese de prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se estabelecida no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os produtos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, adequados ao uso a que se destinam, acondicionados corretamente e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, atendendo às exigências dos órgãos de fiscalização competentes.
- 4.2. Os produtos de limpeza, higiene e itens de copa e cozinha deverão possuir prazo de validade compatível com sua utilização, contados da data de entrega, quando aplicável, com embalagens íntegras, devidamente rotuladas e em perfeitas condições de armazenamento, garantindo a conservação, segurança e qualidade dos produtos.
- 4.3. Os produtos deverão ser transportados em condições adequadas de higiene e conservação, em veículos limpos e apropriados ao tipo de material transportado, de modo a evitar avarias, contaminações ou danos aos produtos.



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

- 4.4. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, amassadas, enferrujadas, rasgadas, vazando, deterioradas ou com qualquer condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.
- 4.5. Os produtos entregues deverão corresponder exatamente às marcas, especificações, características, composição, medidas e quantidades constantes na proposta apresentada.
- 4.6. Os saneantes, detergentes, desinfetantes e demais produtos químicos deverão conter, em suas embalagens, informações claras quanto à composição, modo de uso, precauções, lote de fabricação, data de validade e identificação do fabricante.
- 4.7. Os itens de copa e cozinha deverão apresentar resistência, durabilidade e qualidade adequadas ao uso contínuo nos Departamentos Municipais, observando padrões mínimos de segurança e funcionalidade.
- 4.8. A contratada deverá possuir capacidade operacional e logística suficiente para atender às solicitações da Administração durante toda a vigência da contratação, garantindo o abastecimento contínuo dos Departamentos Municipais.
- 4.9. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, ponto a ponto, nos locais indicados pela Prefeitura Municipal de Tuiuti-SP, compreendendo todos os departamentos municipais e unidades escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no instrumento convocatório.
- 4.10. Caso seja constatado que os produtos entregues não atendem às especificações de qualidade, validade, conservação ou demais exigências previstas no Termo de Referência, estes deverão ser substituídos pela contratada, sem qualquer ônus adicional ao Município.
- 4.11. Os produtos de limpeza e higiene que estiverem sujeitos à regulamentação específica deverão possuir registro, notificação ou autorização junto aos órgãos competentes, especialmente à ANVISA, quando exigido pela legislação vigente.
- 4.12. As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, mediante solicitação do setor responsável.
- 4.13. Na ocorrência de qualquer imprevisto que possa ocasionar atraso na entrega dos itens, caberá à CONTRATADA adotar, de imediato, todas as providências necessárias para reduzir os impactos e restabelecer a regularidade do fornecimento. Deverá, ainda, encaminhar justificativa formal à Administração Municipal, devidamente fundamentada, informando as causas do ocorrido e as medidas adotadas para a normalização da entrega.



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

- 4.14. A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas ao transporte e entrega dos produtos, bem como por quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto.

Subcontratação

- 4.15. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução de todas as obrigações assumidas.

Garantia da contratação

- 4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E FORMA DE ENTREGA

- 5.1. Os produtos objeto deste Registro de Preços serão adquiridos de forma parcelada, conforme a necessidade do departamento requisitante, mediante emissão de Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Tuiuti, não havendo valor mínimo para faturamento. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
- 5.2. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura, devendo os produtos ser entregues em perfeitas condições de uso e devidamente embalados, correndo por conta da contratada todas as despesas referentes a transporte, seguro, carga, descarga e demais encargos necessários ao cumprimento da entrega.
- 5.2.1. Justifica-se o prazo de 07 (sete) dias úteis em razão da necessidade de garantir o abastecimento contínuo dos produtos de limpeza, higiene e itens de copa e cozinha utilizados pelos diversos Departamentos Municipais e unidades escolares da rede municipal de ensino, considerando que tais materiais são indispensáveis para a manutenção das condições adequadas de limpeza, conservação, higiene e funcionamento dos prédios públicos e ambientes escolares, sem comprometer a continuidade dos serviços públicos e das atividades educacionais, mostrando-se o referido prazo suficiente para separação, logística e entrega dos materiais pela contratada, sem restringir a competitividade do certame.
- 5.3. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura, devendo os produtos ser entregues em perfeitas condições de uso e devidamente embalados, correndo por conta da contratada todas as despesas referentes a transporte, seguro, carga, descarga e demais encargos necessários ao cumprimento da entrega.
- 5.4. O objeto desta licitação deverá ser entregue nos locais indicados pela Prefeitura Municipal de Tuiuti, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h30, conforme endereços a serem informados na Autorização de Fornecimento:

➤ PAÇO MUNICIPAL – RUA ZEFERINO DE LIMA Nº 117, CENTRO TUIUTI-SP;



- CENTRO DE ESPECIALIDADES – RUA ZEFERINO DE LIMA, Nº 65, CENTRO, TUIUTI-SP;
- CENTRO DE SAÚDE - RUA JOAQUIM DA SILVEIRA LIMA, Nº 129, CENTRO – TUIUTI-SP;
- CRECHE QUITÉRIA ANA BARROS DE ALMEIDA – RUA ZEFERINO DE LIMA, Nº 478 – CENTRO – TUIUTI, SP;
- ESCOLA ÂNGELO STEFANI – PRAÇA JOAQUIM BUENO DE LIMA, Nº 11 – BAIRRO ARRAIAL – TUIUTI, SP;
- ESCOLA PROFESSORA IRACEMA DA CUNHA LIMA – RUA OSCAR RIBEIRO DE MATTOS, Nº 180 – CENTRO – TUIUTI, SP;
- ESCOLA JOSÉ PIRES DE CAMARGO – RUA CAPITÃO ANTÔNIO BORELLI, Nº 06 – BAIRRO PASSA TRÊS, TUIUTI-SP;
- ESCOLA PROFESSORA OPHÉLIA GARCIA BERTHOLD – RUA ZEFERINO DE LIMA, Nº 647, CENTRO, TUIUTI-SP;
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – RUA ZEFERINO DE LIMA, Nº 14, CENTRO, TUIUTI-SP;
- SAMU E CENTRAL DE AMBULÂNCIA – RUA ZEFERINO DE LIMA, Nº 661, CENTRO, TUIUTI-SP;
- FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE – RUA JOSÉ BERTHOLD, Nº 597, CENTRO, TUIUTI-SP;
- CRAS – RUA ZEFERINO DE LIMA, Nº 491, CENTRO, TUIUTI-SP;
- GARAGEM MUNICIPAL – FINAL DA RUA VIRGILIO JOAQUIM DE LIMA, S/N, CENTRO, TUIUTI-SP;
- ALMOXARIFADO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - RUA PADRE JOAQUIM BUENO DE CAMARGO, Nº 137, CENTRO, TUIUTI-SP.

Garantia, manutenção e assistência técnica (quando for o caso)

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato que porventura vier a ser celebrado, decorrente da ata de registro de preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).



- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário).
- 6.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, observando-se o seguinte:
- 7.1.1. **Provisoriamente:** o produto será recebido para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e demais dados pertinentes, podendo ser recusado no todo ou em parte quando em desacordo com o contratado, devendo a irregularidade ser sanada no prazo a ser fixado pela Administração;
- 7.1.2. **Definitivamente:** após o recebimento provisório e a verificação da conformidade dos produtos com as exigências contratuais, será efetivado o recebimento definitivo, mediante ateste e aposição de assinatura no documento fiscal correspondente.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do ato de recusa e da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, considerando que os produtos de limpeza, higiene e copa e cozinha são indispensáveis para a manutenção das condições adequadas de limpeza, higiene, conservação e funcionamento dos diversos Departamentos Municipais, não podendo haver desabastecimento que comprometa a execução das atividades públicas.
- 7.3. O recebimento definitivo dar-se-á após a conferência da quantidade, da qualidade, da integridade das embalagens e das condições de conservação dos produtos entregues, bem como da sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Edital, mediante atesto do responsável pelo recebimento.
- 7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



- 7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento provisório e definitivo, se for o caso, ocorrerá a liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.
- 7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10. A retenção do IRRF nas contratações de bens e serviços no município seguirá conforme decreto municipal nº 064 de 04 de agosto de 2023, devendo as empresas realizarem as adequações necessárias por ele estabelecidos.

Prazo de pagamento

- 7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, incidentes e proporcionais aos dias de atraso.

Forma de pagamento

- 7.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Exigências de habilitação

- 8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos requisitos previstos no edital de licitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de 832.617,54 (oitocentos e trinta e dois mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), conforme os custos unitários constantes na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.
- 9.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme declarações de disponibilidade orçamentária constantes nos autos do processo administrativo correspondente.

Tuiuti-SP, 12 de junho de 2026.

Adriana Blando
Dirigente Municipal de Educação



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2026 LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUIUTI**, com sede na Rua Zeferino de Lima, 117, Centro, CEP 12.930-000, na cidade de Tuiuti, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 67.160.481/0001-73, representada pelo Prefeito Interino, Sr. ALEXANDRE TADEU GONÇALVES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade, inscrito no CPF sob nº 311.xxx.xxx-51, residente e domiciliado nesta cidade de Tuiuti – SP, adiante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, situada à, nº, bairro, CEP na cidade de, estado de, representada neste ato por seu representante legal ao final qualificado, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, processo administrativo n.º ____/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de produtos de limpeza, higiene e itens de copa e cozinha para atendimento das necessidades dos departamentos da Prefeitura de Tuiuti, com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº ____/2026.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. Termo de referência;
 - 1.2.2. Edital de licitação;
 - 1.2.3. Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. Os preços registrados, as especificações dos itens, os quantitativos estimados para registro e as demais condições ofertadas pelo fornecedor beneficiário constam da tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Valor Total da ATA: R\$ (.....).

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Município de Tuiuti -SP.



3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados originalmente na Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/2026, com término em __/__/2027, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade, mediante anuência do fornecedor. Na hipótese de prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser reajustados pela variação acumulada do IPCA (IBGE), ou por outro índice que venha a substituí-lo, observada a legislação aplicável. O reajuste será calculado sobre o valor global registrado na Ata de Registro de Preços, competindo ao fornecedor promover o rateio do valor reajustado entre os preços unitários dos itens, de forma proporcional, de modo que o somatório dos valores unitários reajustados corresponda ao novo valor global registrado.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto **no edital** e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. O licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.5.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



- 5.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **NÃO** obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme art. 21 do decreto 11.462/2023.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.
- 6.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, conforme previsto no item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros de preço será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.3.1. Por razão de interesse público;
 - 9.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



- 10.4. A Administração deverá ser informada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos firmados com operadores de dados ou terceiros, bem como aqueles que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. DAS PENALIDADES

- 11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital**.
- 11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



PROCESSO Nº 340/2026

EDITAL Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO-RP Nº 018/2026

- 11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
- 12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Tuiuti-SP, ____ de _____ de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUIUTI-SP

ALEXANDRE TADEU GONÇALVES

Prefeito Interino

EMPRESA

NOME DO RESPONSÁVEL – Cargo que ocupa na empresa

CPF nº:

RG nº:

Fornecedor

FISCAL DA ATA-RP

NOME DO RESPONSÁVEL

Chefe de Departamento de _____



TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUIUTI-SP

Contratada:

Na qualidade de prováveis contratante e contratada, respectivamente, do termo acima identificado e, cientes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES E NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o art. 90 da Lei Complementar 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Tuiuti-SP, __ de _____ de 2026.

EMPRESA

NOME DO RESPONSÁVEL – Cargo que ocupa na empresa

CPF nº:



ANEXO III

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA READEQUADA

À Prefeitura do Município de Tuiuti-SP,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, localizada à _____, bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, declara que na proposta comercial abaixo estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALIDADE DA PROPOSTA: O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VISANDO ATENDER AO SISTEMA ON-LINE DO TRIBUNAL DE CONTAS - AUDESP FASE IV, INFORMAR OS DADOS ABAIXO:

Nome do responsável pela assinatura da Ata/Contrato _____

CPF nº: _____ RG _____

Cargo que ocupa na empresa: _____

Endereço: _____

E-mail _____

Telefone para contato () _____

Local e data.

Nome e assinatura do responsável



ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO-REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2026.
EDITAL Nº 012/2026

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUIUTI-SP.

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na Rua/Avenida, nº, bairro, CEP, cidade de, estado de, através de seu representante legal infra-assinado que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*)

(*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade;
- Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que tem pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas no referido edital e seus anexos, concordando integralmente com os termos nele contidos.
- Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público



- Que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.

Cidade, __ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do responsável pela empresa